



A Formação Coletiva de Educadoras Ambientais em uma experiência de Educação Ambiental de base Comunitária, em Magé, RJ¹

Carolina Alves Gomes de Oliveira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)²
<http://orcid.org/0000-0001-9854-8581>

Bárbara Pelacani
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)³
<https://orcid.org/0000-0001-9349-0632>

Celso Sánchez
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)⁴
<http://orcid.org/0000-0001-5634-023X>

Resumo: Acompanhamos o processo de formação coletiva e popular de um grupo de educadoras ambientais comunitárias, em Magé, RJ, a partir dos referenciais teóricos da Educação Ambiental de Base Comunitária, a Educação Popular freireana e a Ecologia Política latino-americana. O objetivo foi identificar e refletir sobre os elementos que fundamentam essa formação coletiva, em um espaço não formal de educação, onde as mulheres das classes populares, protagonistas do trabalho comunitário, tornam-se educadoras ambientais. Os eixos temáticos analisados foram: as “rodas de estudo”; o diálogo de saberes e a relação entre o comunitário e o ambiental, com a qual as mulheres desenvolvem sua práxis e produzem conhecimentos ambientais contextualizados à realidade de suas comunidades.

Palavras-chave: Educação Ambiental de Base Comunitária. Mulheres. Formação de educadoras ambientais. Paulo Freire. Pesquisa Ação Pedagógica.

La Formación Colectiva de educadoras ambientales en una experiencia de Educación Ambiental de Base Comunitaria en Magé, RJ.

Resumen: Acompañamos el proceso de formación colectiva y popular de un grupo de educadoras ambientales comunitarias, en Magé, RJ, a partir de los referenciales teóricos de la Educación Ambiental de Base Comunitaria, la Educación Popular Freireana y la Ecología Política Latinoamericana. El objetivo fue identificar y reflexionar sobre los elementos que fundamentan a esta formación, en un espacio educativo no formal, donde mujeres de clases populares, protagonistas del trabajo comunitario, se

¹ Recebido em: 18/12/2023. Aprovado em: 06/02/2025.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Educadora ambiental e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental desde el Sur, GEA-Sur-UNIRIO. E-mail: agoliva86@gmail.com

³ Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora. E-mail: barbara.pelacani@gmail.com

⁴ Doutor em Educação. Professor associado e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental desde el Sur, GEA-Sur-UNIRIO. E-mail: celsosanchezp@gmail.com

convierten en educadoras ambientales. Los ejes temáticos analizados fueron: “círculos de estudio”; el diálogo de saberes y la relación entre la comunidad y lo ambiental, con el que las mujeres desarrollan su praxis y producen conocimientos ambientales contextualizados a la realidad de sus comunidades.

Palabras-clave: Educación Ambiental de Base Comunitaria. Mujeres. Formación de educadoras ambientales. Paulo Freire. Investigación Acción Pedagógica.

The collective formation of environmental educators in a Community- based Environmental education experience, in Magé, RJ.

Abstract: We followed the process of collective and popular formation of a community environmental educators group, in Magé, RJ, based on the theoretical references of Community- based Environmental Education, Freirean Popular Education and Latin American Political Ecology. The objective was to identify and reflect on the elements that underlie this formation, in a non-formal educational space, where women from popular classes protagonists of community work, become environmental educators. The thematic axes analyzed were: “study circles”; the dialogue of knowledge and the relationship between the community and the environmental, with which women develop their praxis and produce environmental knowledge.

Keywords: Community- based Environmental Education. Women. Environmental educators formation. Paulo Freire. Pedagogical Action Research.

INTRODUÇÃO

A necessidade do diálogo entre a Educação Ambiental e a Educação Popular vem sendo enfatizada pela Educação Ambiental Crítica, desde sua origem (Loureiro, 2009). Nas últimas décadas, o aspecto comunitário assumiu um lugar importante, tanto no enfrentamento aos conflitos ambientais, quanto nas práticas educativas de permanência e (re)existência. Grupos de mulheres, associações de moradores, movimentos sociais, comunidades quilombolas e indígenas são algumas das muitas coletividades que assumem o protagonismo na luta por direitos, contra o racismo ambiental. Elaborando alternativas territorializadas de sobrevivência, diante de uma crise ambiental, cujos prejuízos recaem de forma mais intensa sobre estes mesmos grupos (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

A Educação Ambiental de base Comunitária (EABC) surge dessa punção coletiva e diversa, que tem nas experiências socioambientais populares latino-americanas e do Sul global a base para a produção de conhecimentos, dentro de uma práxis comunitária popular (Sarria *et al.*, 2018) e compartilha dos acúmulos da Educação Ambiental Crítica (Loureiro, 2004; Loureiro, 2009) e da Ecologia Política Latino-Americana (Alimonda, 2017).

Apesar do constante apagamento dos conhecimentos tradicionais e marginalização das resistências populares, assim como dos seus modos de vida, e

cosmovisões (Camargo, 2017; Rufino; Camargo; Sánchez, 2020), comunidades e grupos populares diversos experimentam processos formativos coletivos, com o intuito de compreender a complexidade ambiental que os rodeia e enfrentar de forma eficaz os conflitos ambientais em seus territórios (Sarria *et al.*, 2018). Aderindo, assim, à perspectiva freireana de uma educação libertadora, em que homens e mulheres se apropriam de conhecimentos diversos, potencializando sua ação no mundo na busca por saídas inéditas para os desafios socioambientais (Leff, 2009).

A Educação Ambiental de base Comunitária se vale do aprendizado elaborado pelas comunidades de trabalhadores e trabalhadoras, movimentos sociais e dos grupos populares latino-americanos, de que a união comunitária é estratégica e se apresenta como um fator determinante para a permanência e resistência nos territórios. Quanto mais organizada, mais chances a comunidade tem de se contrapor à chegada de um empreendimento de grande impacto, por exemplo (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

Segundo Leff (2012) o enfrentamento da crise ambiental não se dá através de um conhecimento único. O diálogo entre saberes parte de referenciais múltiplos, como a sabedoria dos povos indígenas, os conhecimentos populares dos agricultores, os conhecimentos produzidos pelas mulheres, a ciência proveniente das universidades, os aprendizados políticos de grupos feministas, os saberes docentes dos professores e muitos outros. Dessa forma, os *saberes ambientais* não se restringem àqueles produzidos sobre o ambiente, mas são, principalmente, aqueles elaborados na relação com o outro (Leff, 2012). Para Guimarães (2021), na perspectiva das *ComVivências Pedagógicas* o ambiente pedagógico precisa problematizar a realidade constituída por relações de poder, potencializando os movimentos de pensar, agir e fazer, que contribuem para reelaboraões teóricas transformadoras.

Essas reflexões nos ajudam a ampliar nosso olhar sobre o papel da Educação Ambiental de base Comunitária e também sobre as atrizes e atores sociais que desempenham papéis importantes, tanto na preservação socioambiental e resistência contra o avanço do capital nos territórios, quanto na produção de conhecimentos e processos pedagógicos. Dentro dos movimentos sociais, muitos grupos vêm se formando, a partir das lutas e resistências (Layrargues; Puggian; Menezes, 2020). O mesmo acontece nos espaços de educação popular, que vêm assumindo o diálogo ambiental como elemento fundamental no enfrentamento dos desafios de nosso tempo (Streck, 2013).

Essa perspectiva, muito trabalhada pelos movimentos sociais que defendem as comunidades dos impactos socioambientais de grandes empreendimentos (mineração, agronegócio, especulação imobiliária, exploração de petróleo) também ganha espaço nas organizações comunitárias que lutam por condições básicas de sobrevivência e dignidade, em que, notavelmente, as mulheres das classes populares assumem o protagonismo (Pereyra, 2013; Svampa, 2015). Em meio à embates, recuos e permanências estas atrizes sociais, em sua maioria mulheres negras e indígenas, vêm gerando conhecimentos, estratégias e práticas pedagógicas que desafiam e subvertem a ordem vigente de exploração da vida e da natureza; criando e recriando modos de estar no mundo, mais justos e verdadeiramente sustentáveis (Oliveira *et al.*, 2020).

O presente trabalho é parte da pesquisa de doutorado em Educação da primeira autora e tem como foco o processo de formação de educadoras ambientais comunitárias numa experiência de educação popular. Para tanto, acompanhamos os encontros de formação coletiva desse grupo de educadoras, formado por mulheres das classes populares. Grupo que se organizou por mais de 10 anos em torno de um projeto de Educação Ambiental de base Comunitária (ONG Água Doce – serviços populares), em Magé, no Rio de Janeiro. Uma experiência que contou com a metodologia freireana de educação popular como principal inspiração. A partir da participação como educadora externa da primeira autora, buscamos compreender como este processo formativo coletivo aconteceu, levantando elementos significativos, na perspectiva das educadoras. Investigamos também como espaços coletivos de organização de mulheres podem contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, que reverbera na atuação destas educadoras nas comunidades onde vivem.

A partir destas reflexões, buscamos também contribuir para ampliar o conhecimento sobre processos formativos outros, oriundos de espaços não formais de educação, onde grupos populares, especialmente grupos de mulheres, identificadas como personagens que assumem o protagonismo comunitário, se formam coletivamente e produzem conhecimentos e práticas ambientais comunitárias, fortalecendo o campo da Educação Ambiental e nutrindo a práxis da Educação Ambiental de base Comunitária.

METODOLOGIA

As comunidades em que as educadoras atuam se situam nos municípios de Magé e Duque de Caxias (RJ), nos fundos da baía de Guanabara, na baixada fluminense. Esta região possui um histórico de destruição ambiental e exploração do trabalho de pessoas escravizadas, impulsionados por ciclos capitalistas subsequentes, desde o período colonial. Circunstâncias que produziram uma série de injustiças, vividas pelas populações locais até o presente (Amador, 2013). Hoje, a baía de Guanabara é um dos ecossistemas mais degradados do país (PDRH-BG, 2005, *apud* Coelho *et al.*, 2015), mesmo assim apresenta uma série de Unidades de Conservação com remanescentes de manguezais e floresta de Mata Atlântica, em seu entorno. Condição que ainda possibilita a existência de famílias de pescadores artesanais e agricultores que tiram seu sustento da pesca e da terra.

As comunidades que vivem nessa região enfrentam a sistemática negligência do poder público, perpetuada nas condições precárias de vida e na falta de serviços básicos que impactam a vida das populações, constituídas principalmente por pessoas negras. Dentre os conflitos socioambientais, destacam-se aqueles protagonizados pelos pescadores e pescadoras artesanais, contra a ação de grandes empreendimentos petrolíferos, que poluem o ambiente aquático e restringem as áreas de pesca, dentre outros impactos (Faustino; Furtado, 2013). Segundo Acselrad, Mello e Bezerra (2009) a Baía de Guanabara pode ser considerada uma zona de sacrifício, já que, há décadas, as condições socioambientais da região são postas em segundo plano, em prol dos lucros privados e da produtividade de petrolíferas e outras indústrias. Da mesma forma, nesse território pode-se identificar a prática do racismo ambiental, que é deflagrado quando há preferência de áreas em que se encontram comunidades predominantemente negras sob alta vulnerabilidade socioambiental, para a instalação de empreendimentos de grande impacto poluidor (Robichaud, 2017).

As educadoras que acompanhamos nesta pesquisa são em sua maioria nascidas e criadas nas comunidades em que atuam e desenvolvem um trabalho junto à ONG Água Doce - serviços populares há mais de 15 anos⁵. Esse projeto de educação popular, idealizado e posto em prática pelo educador Waldemar Boff, sempre teve a preocupação de incluir moradores e moradoras da comunidade como educadores(as), animadores(as)

⁵ Muitas fazem parte de famílias de pescadores, ou agricultores que chegaram na região para trabalhar nas propriedades rurais há, pelo menos, três gerações.

e agentes ambientais locais, por entender que seu comprometimento com o território surge do pertencimento.

O trabalho socioambiental que as mulheres realizam junto à ONG inclui a atuação como educadoras populares, em atividades de apoio escolar, alfabetização de adultos, animação de grupos de mulheres e também o papel de educadoras ambientais através da orientação ecológica. Além disso, realizam o apoio às escolas locais, realização de oficinas comunitárias e participação nos conselhos ambientais. A maioria delas já possuía experiência no trabalho comunitário, em creches comunitárias, casas de farinha, ou como agentes comunitárias de saúde, antes de entrar para a ONG.

Os encontros de formação, que chamamos neste trabalho de *rodas de estudo*, da qual a primeira autora fez parte como educadora externa por mais de 10 anos, aconteceram semanalmente e tiveram forte inspiração nos *círculos de cultura* freireanos (Freire, 1987). Através desta metodologia, buscou-se articular o estudo de temas ambientais às atividades desenvolvidas pelas educadoras junto às comunidades. Sendo este, um espaço de estudo, atualização, partilha e formação coletiva.

No caminho traçado junto às educadoras, nos deparamos com o desafio de elaborar uma abordagem metodológica que conjugasse os objetivos da pesquisa com as necessidades práticas do grupo e suas principais características, além de considerar a inserção de longo prazo da primeira autora neste trabalho. Para isso, tomamos como inspiração a Investigação Ação Participativa (IAP) (Fals Borda, 2011) e a investigação temática freireana (Freire, 1987), a partir do qual surge a proposta metodológica da *Pesquisa Ação Pedagógica*⁶. Uma pesquisa de base qualitativa, que contou com observações de campo, rodas de estudo e entrevistas individuais.

Foram realizados 10 encontros, nos quais participaram 7 educadoras comunitárias e 1 educadora externa (a primeira autora). Os encontros se deram nas *rodas de estudo*, realizadas no espaço da ONG em Magé, nos mesmos moldes em que as educadoras estavam acostumadas a participar.

⁶ Com essa nomenclatura assumimos a realização de uma pesquisa-ação, nos moldes da IAP (Fals Borda, 2011), em que a investigação se relaciona, a todo momento, com a possibilidade da ação transformadora. E essa ação/ intervenção, por sua vez, se dá no campo pedagógico, já que as educadoras desempenham um trabalho de educação ambiental comunitária, sob as bases da educação popular. As reflexões sobre sua práxis, portanto, são o passo inicial para aprofundar o pensamento crítico e buscar caminhos de transformação através de práticas formativas e práticas educativas destinadas à comunidade, ambas contextualizadas à realidade vivida.

No primeiro encontro na *roda de estudos* se iniciou a investigação temática (Freire, 1987) através da qual foram levantados os primeiros eixos temáticos provenientes da prática e da experiência das educadoras⁷. Estes eixos serviram como base para dois momentos posteriores de diálogo, reflexão e levantamento de dados: 1) o diálogo coletivo nas rodas de estudo subsequentes; 2) o aprofundamento dos temas nas entrevistas individuais.

As 7 entrevistas individuais foram realizadas com cada uma das educadoras participantes, a partir da necessidade percebida de aprofundar o diálogo e ouvir suas perspectivas e histórias pessoais, nem sempre possíveis de serem expressadas no diálogo em grupo. As falas foram gravadas e as observações foram registradas no caderno de campo. Os dados referentes às entrevistas individuais e coletivas, anotações no caderno de campo e ao processo de elaboração das atividades pedagógicas pelo grupo foram analisados a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2011). Essas análises seguiram no sentido de identificar temas relevantes que surgiram na fala das educadoras⁸, dentro de cada eixo temático e discuti-los sob a luz dos referenciais teóricos da Educação Ambiental de base Comunitária, da Educação Ambiental Crítica e da Educação Popular.

Pelas limitações do espaço de um artigo e pelo foco que escolhemos dar aqui aos processos formativos em experiências de Educação Ambiental de base Comunitária, destacamos os temas relativos a um dos eixos temáticos levantados pelas educadoras – *a formação coletiva*. Ou seja, apresentamos através de falas, diálogos e reflexões, dados relativos a esse eixo temático que aborda as formas pelas quais essas mulheres vêm se formando e se constituindo como educadoras ambientais, em uma experiência de Educação Ambiental de base Comunitária. Os demais eixos temáticos e outros elementos levantados na pesquisa foram abordados em um trabalho anterior (Oliveira; Sánchez, 2024). Apresentamos, a seguir, os resultados e análises.

⁷ Nosso primeiro encontro na roda de estudos teve como objetivo levantar os principais elementos reconhecidos por elas como importantes para sua formação e atuação como educadoras ambientais comunitárias. Estes foram registrados e, posteriormente, sistematizados em eixos temáticos. A devolutiva ao grupo ocorreu de forma a ajustar os temas e validá-los. Os encontros subsequentes giraram em torno desses eixos, a partir dos quais buscamos refletir sobre os saberes e práticas socioambientais aprendidos e produzidos. Além disso, revisitamos suas trajetórias de vida e os caminhos que as levaram a este trabalho ambiental comunitário. A partir das análises de falas e diálogos de todos estes momentos de aprofundamento, identificamos temas dentro dos eixos temáticos iniciais.

⁸ Os nomes das educadoras foram abreviados, nas falas citadas ao longo do trabalho.

RESULTADOS

A *formação coletiva* foi um dos eixos temáticos levantados nas rodas de estudos e nas entrevistas pelas educadoras, como fundamental em sua experiência⁹. Dentro deste eixo, pudemos identificar três temas que não apenas se destacaram em suas falas, mas também produziram importantes reflexões no que diz respeito à formação de educadoras ambientais comunitárias. Foram eles: A potência da roda; o diálogo de saberes e o lugar entre o comunitário e o ambiental. Tais temas serão apresentados a seguir através dos dados coletados a princípio na roda de estudos e aprofundados nas entrevistas.

A potência da roda

Esse grupo foi muito bom, muito enriquecedor, porque a gente tem uma troca né. Eu aprendo um pouco, eu ensino um pouco, ou aprendemos todas juntas. No grupo daqui, vamos dizer assim, uma sustenta a outra, uma segura a outra numa dificuldade, eu sinto isso. [...] É uma troca muito boa, é uma experiência muito boa. Cada uma com um conhecimento numa área diferente né[...] (Educadora Van, relato na roda de estudos em: 2019).

Tanto nas rodas de estudo quanto nas entrevistas, as educadoras mencionaram a participação da formação coletiva como uma experiência importante de sua trajetória no trabalho e em sua vida pessoal. Contexto exemplificado nessa fala, recolhida de uma das rodas de estudo. O *formar-se junto, aprender e ensinar no coletivo* apareceram em seus relatos como algo distinto de outras experiências educativas que já tiveram. O estudo em roda e a possibilidade de diálogo e apoio mútuo foram mencionados por algumas delas como potências dessa experiência de formação.

Nas experiências de educação popular, o diálogo¹⁰ não é apenas uma metodologia, mas, principalmente, uma forma de comunicação, com a qual se torna

⁹ Além deste eixo temático foram levantados mais quatro eixos: História de vida das mulheres; o trabalho com mulheres e crianças em meio à exclusão; saberes deste e de outros mundos - ervas medicinais, rezas e fê; a trama entre o comunitário e o ambiental. Estes serão discutidos em um próximo trabalho. É importante salientar que estes eixos não foram concebidos de forma estática, muito menos compartimentada, havendo uma interrelação entre eles, de forma que, elementos de um eixo podem dialogar com os outros. Sua delimitação teve como intuito a facilitação para as análises.

¹⁰ Aqui, concordamos com Freire (1987) e Loureiro (2019) que o diálogo só pode existir, quando há o comprometimento de ouvir verdadeiramente o outro. Quando os diversos interesses de empresas, poder público, empresários se chocam com aqueles das comunidades locais, onde as relações de poder impõem enormes desvantagens aos últimos, nem sempre há possibilidade para o diálogo. Por isso é tão importante que os grupos populares (agricultores, trabalhadores urbanos, mulheres, indígenas etc.) se reúnam entre si, junto às profissionais e professores engajados a sua luta, em espaços de diálogo, para melhor compreender e se preparar para a busca de soluções em meio aos conflitos (Loureiro, 2019).

possível chegar aos inéditos-viáveis (Loureiro; Franco, 2014). É nesse sentido que as rodas de estudo promovem a valorização da fala e da escuta sincera e atenta das participantes; possibilitando a partilha respeitosa e a crescente compreensão da utilidade dos conhecimentos aprendidos e produzidos em sua vida, seu cotidiano e nas resistências coletivas (Loureiro; Franco, 2014).

Para as mulheres das classes populares, as oportunidades trazidas por estes espaços podem transcender à simples formação para o trabalho, representando uma possibilidade de retomada da própria voz diante de uma série de opressões e silenciamentos. É o que nos apresenta a fala da educadora, durante uma das rodas de estudos.

Eu adquirir um conhecimento muito grande. Tanto no tratamento de vocês comigo, quanto com a troca. Foi muito bom, muito rico! Eu aprendi muita coisa. Eu nem falava... Eu não falava nada. E hoje eu falo pras outras. A gente foi se formando junto! Essa é uma boa reflexão, nós nos formamos juntas. Porque quando eu cheguei aqui eu era muito acuada. Eu não sei por quê. Eu me sentia uma pessoa muito excluída. Mas eu sempre fui uma pessoa boa de amizade, boa mesmo. Por onde eu passo, minha mãe fala: - Ai, Le, você conhece todo mundo! Nesse ambiente mais informal eu fico mais à vontade. (Educadora Le, relato na roda de estudos em: 2019).

Para Freire (1987) a educação libertadora se inicia no resgate da palavra dos sujeitos, que produzem cultura e são agentes de sua própria história. Esta questão se torna ainda mais latente quando consideramos a negação da palavra, imposta às populações negras escravizadas no passado e suas consequências para a vida das mulheres negras até os dias de hoje¹¹. O discurso produzido por uma cultura hegemônica branca, patriarcal, ocidental e eurocêntrica insiste em ignorar, e desqualificar a palavra do povo preto, em especial as mulheres pretas (Kilomba, 2019).

Estas reflexões nos permitem traçar um paralelo no que diz respeito ao debate socioambiental, em que as pessoas do povo e principalmente as mulheres negras, grande parte das vezes, não encontram espaço para expressão da sua palavra. Pelo contrário, encontram-se afastadas destes diálogos, geralmente realizados de forma descontextualizada, em espaços privilegiados, a partir de uma linguagem rebuscada, dominada por cientistas, professores e técnicos. Muitas se acham ignorantes e preferem ficar em silêncio. É neste sentido que o silêncio, como muito explorou Freire (1992)

¹¹ Grada Kilomba (2019) resgata a imagem, muito conhecida no Brasil, “a escrava Isaura”, onde uma mulher escravizada é registrada usando um artefato sinistro feito de ferro em sua boca. A simbologia por trás da obstrução da boca é mais do que um castigo, ou o impedimento da alimentação é também o impedimento da fala.

pode se apresentar como um *tema gerador*. A conscientização sobre sua existência é uma oportunidade para compreender e problematizar suas causas e a superação está ligada à superação de outras opressões.

No caso das mulheres das classes populares, essa questão se aprofunda, já que, por muito tempo, foram privadas do acesso à educação formal. Soma-se a isso uma vida de restrições, limitada ao trabalho doméstico - condição que histórica e culturalmente as afastaram dos estudos, da participação política e da oratória. A sensação de *não saber falar direito*, de *não levar jeito pra isso* faz parte da percepção de muitas delas. Estas foram questões que transpassaram nosso diálogo por muitas vezes e nos deram a chance de refletir juntas sobre como elas vêm enfrentando tais limitações ao longo desses anos. As rodas de estudo, mais uma vez, foram indicadas como experiências dentro da Pesquisa Ação Participante, que vêm contribuindo para que elas consigam falar, tanto para outras mulheres em suas comunidades, quanto nos conselhos ambientais de que fazem parte.

Em diversos lugares os *círculos de cultura* vêm sendo descobertos como metodologias de trabalho que possibilitam o empoderamento das mulheres sobre as situações de opressões que vivenciam (Winters *et al.*, 2018). Veloso (2020) ao analisar os *círculos de mulheres* como propostas ecofeministas, salienta sua importância como “espaços seguros de acolhimento e articulação, possibilitando a construção de um movimento que não se pauta em regras masculinas do jogo político” (Veloso, 2020, p. 1). Estas práticas nutrem e oferecem um território de cuidado às participantes e militantes, mas também podem constituir demandas para os movimentos de mulheres. Esta perspectiva se torna enriquecedora quando pensamos nos processos práticos de organização das mulheres em experiências de Educação Ambiental de base Comunitária.

Na experiência que acompanhamos, as educadoras puderam refletir sobre sua participação nas rodas de estudo ao longo de tantos anos. De várias formas estes momentos configuraram como espaços seguros de tomada de consciência sobre sua condição como mulheres negras, educadoras e trabalhadoras das classes populares. Dinâmica importante não só para a identificação das opressões que as atravessam, mas também para a elaboração de um olhar mais crítico sobre sua vida, sua atuação comunitária e sobre tudo aquilo que desejam transformar, tanto no âmbito individual, como no coletivo.

Diálogo de saberes

[...] É muito bom você aprender. Tem muita coisa que eu não sabia e agora eu estou sabendo. Eu gostava muito também das aulas de biologia que a gente tinha lá. Eu me identifiquei muito, devido a gente lidar com as plantas. Eu tinha vontade até de me formar em biologia, mas é muito caro os estudos né, aí não dá. Porque as aulas explicavam um outro lado que a gente não sabe. Até hoje eu pesquiso muito, quando aparece alguma planta que eu quero me aprofundar sobre ela, eu faço as pesquisas na internet, nos livros também. Procuo ver pra que que serve pra explicar as pessoas né [...] (Educadora Ine, entrevista em: 2019).

A fala da educadora, durante uma das entrevistas, expõe o estudo como possibilidade de aprendizado de novos temas, sem que os conhecimentos que possui sejam descartados, ao mesmo tempo sinaliza a dificuldade de acesso a este estudo formal¹². Esta relação entre os conhecimentos populares e os conhecimentos formais tem uma grande importância tanto para Educação Popular, quanto para a Educação Ambiental de base Comunitária. Pois a concepção sobre o encontro e a relação entre eles irá determinar o tipo de processo pedagógico em curso. Segundo Freire (1987) sob a perspectiva da educação libertadora, é essencial que as metodologias utilizadas nesse encontro sejam dialógicas e inclusivas.

Ao longo da pesquisa, os chamados *saberes de experiência feitos*¹³ estiveram presentes a todo momento. Saberes relacionados aos cuidados da casa, da saúde das crianças, conhecimentos botânicos ancestrais de cura, além de outros aprendidos na lida com os grupos comunitários de que fazem parte. O diálogo entre estes saberes e aqueles provenientes do estudo da biologia e ecologia foram lembrados pelas educadoras, em nossas rodas, como oportunidades de conhecer melhor alguns temas e como instigadores da sua curiosidade.

¹² Aqui a educadora levanta uma questão importante - a falta de acesso aos estudos. Nas experiências de EABC, por mais que possa haver uma formação coletiva entre educadoras que pertencem à comunidade (internas) e aquelas que vêm das universidades (externas), em que o diálogo de saberes é fundamental, não se pode ignorar a disparidade que existe com relação ao acesso à educação formal. Como educadora branca de classe média, a autora também reflete sobre seus privilégios e a necessidade de transformações urgentes das estruturas sociais que dificultam o acesso aos estudos e a mobilidade social para as mulheres negras periféricas. Não é por acaso que os espaços de formação e discussão da educação ambiental ainda são compostos, predominantemente, por pessoas brancas das classes médias. Condição que restringe as possibilidades de um olhar mais plural sobre os conflitos e a realidade prática do cotidiano popular.

¹³ Freire utiliza o termo *saber de experiência feito* para classificar as concepções e saberes ligados ao senso comum, produzidos pelos grupos populares. Para ele, o processo educativo não deve romper com essas concepções, mas sim aproveitá-las, e, a partir deles, caminhar no sentido da superação, para um conhecimento mais elaborado (Freitas, 2008).

Antes, quando eu queria me distrair eu sentava pra ver televisão, via os programas de TV, novelas, jornais, quando passava algo de meio ambiente eu achava chato. Agora não, eu tenho o maior interesse, gosto de ver reportagens e programas que falam disso. O marido de uma conhecida minha tinha um livro raro sobre a história de Magé, ele era motorista do estado. Só que o livro sumiu. Eu não tinha aquela curiosidade que eu tenho hoje, mas eu vi as fotos. Vi que tinha muito marisco d'água, entendeu? O significado do Rio Suruí... E era tudo assim, rasiño o rio, parecia uma cachoeira, com a água limpinha. Eu vi a foto. (Educadora Mari, relato na roda de estudos em: 2019).

Como argumentam Freire e Nogueira (1993) os conhecimentos populares estão articulados ao cotidiano, conseqüentemente, para que os processos educativos sejam familiares ao povo é necessário que a conexão entre teoria e prática seja constante. Este é um desafio permanente para a Educação Ambiental de base Comunitária e para os educadores ambientais que assumem uma postura crítica. Nessa lógica, os conhecimentos do senso comum não devem ser descartados de nenhuma forma, já que são o resultado das experiências vividas, mas sim aproveitados para que, a partir deles, num diálogo com outros conhecimentos caminhem no sentido da superação e maior elaboração (Pereira, 2017).

Em nosso caso, lamentavelmente, é comum que os saberes das mulheres não sejam reconhecidos como tal, já que, por muito tempo, foram encarados como funções naturais, sem que pudessem abrigar habilidades ou tecnologias. Mas esta visão equivocada vem sendo desmontada pelos movimentos de mulheres em toda América Latina, que mostram o quanto os conhecimentos, saberes e práticas das mulheres das classes populares vêm contribuindo para a gestação de novas racionalidades socioambientais, cuja centralidade está na vida (Oliveira *et al.*, 2020).

Na fala seguinte, a educadora dá um exemplo de como o diálogo entre diferentes saberes está inserido em sua prática cotidiana em diferentes espaços. Reflete também, de forma crítica, sobre a importância de poderem transitar entre diferentes linguagens e conhecimentos, como estratégia para evitar que elas e suas comunidades sejam enganadas.

Minha preocupação era aprender pra ter respaldo e saber como agir em certas situações, o gestor ambiental tem que ter essa capacidade. Uma coisa que me motivou também foram as aulas que nós tivemos na ONG, aqueles conhecimentos de biologia, de como as plantas reagem... Todas essas coisas despertam a curiosidade, então é aprender. Aprender pra ensinar. Pra não ser ludibriado também, porque isso muitas vezes acontece. Mas fazer o que, se nem a prefeitura tem atitude? O plano diretor tá aí e nada se faz. É complicado, mas é por aí. Por isso que a gente tem essa cadeira no conselho e a gente tenta aprender. Sobre a Mata Atlântica... Agora o Parque Municipal de Barão de Iriri. [...] (Educadora Lau, entrevista em: 2019).

É nesse sentido que a Educação Ambiental de base Comunitária, em diálogo com a Educação Popular, acolhe a ideia do saber ambiental como produto das interações e de sua constante construção em meio à realidade concreta (Leff, 2012). Dessa forma, o processo pedagógico se torna complexo, pois ao mesmo tempo em que instrumentaliza os grupos para se inserirem no debate ambiental, em meio a diferentes interesses, costura dinâmicas de humanização, de *ser mais* (Freire, 1987).

A atuação do animador, ou educador externo, portanto, gira em torno da escuta atenta e da elaboração de dinâmicas que provoquem o grupo a olhar para sua prática de forma mais profunda e cuidadosa, proporcionando um terreno fértil para o desenvolvimento do pensamento crítico e da busca por outras possibilidades (inéditos-viáveis).

A participação das educadoras nas reuniões de conselhos ambientais¹⁴, ao longo dos anos, por exemplo, reforça a importância da formação crítica para que consigam participar do diálogo entre diferentes atores sociais e seus interesses conflitantes. A reflexão a seguir, levada à roda de estudos por uma das educadoras, ilustra sua perspectiva sobre essa experiência.

Olha, às vezes, eu me sinto um pouco perdida, porque tem vezes que parece que a proposta, a fala deles é verdadeira, só que é só fala, não é ação. E é tão fácil fazer ainda mais, assim, no conselho, nessas partes que, queira ou não, tem um poder né... Podem atuar com mais precisão, mais vontade. E não é isso que acontece. Então, às vezes, eu fico pensando: - Até onde é verdadeira e até onde, não é? Porque a gente participa, sim claro, a gente aprende, é importante que a gente aprenda, mas a gente vê que ação, de ação mesmo, não tem nada. Às vezes é bastante frustrante. [...]. Mas ainda assim é bom, é legal porque sempre aprende alguma coisa, fica sabendo de coisas, que só lá a gente vai saber. Se não for lá, a gente não vai saber, ninguém vai levar até nós essas informações. (Educadora Van, relato na roda de estudos em: 2019).

Neste caso, a percepção da desconexão entre discurso e prática nesses espaços foram tomados como exercícios da criticidade, à medida em que, em nossa roda, buscamos desvelar as intenções por trás das ações e as consequências para a comunidade e buscar formas de nos posicionar. Pode-se dizer que a atuação nos conselhos ambientais representou uma experiência formadora importante para as educadoras, contribuindo para o aprendizado e aprofundamento de temáticas ambientais

¹⁴ Os conselhos ambientais se referem ao Conselho Consultivo da APA de Guapimirim, ao Conselho de Meio Ambiente do município de Magé e ao Conselho do Parque Municipal de Barão de Iriri. Todos espaços de gestão pública participativa que contemplam a presença comunitária.

contextualizadas ao território e para sua formação política, uma vez que buscaram refletir criticamente sobre sua atuação e a de outros atores sociais.

Nesse sentido, a Educação Ambiental de base Comunitária se soma ao debate sobre a necessidade de maior democratização da gestão dos bens naturais, do acesso às informações, da melhoria das condições ambientais das comunidades e de sua real participação. A participação das mulheres das classes populares nas esferas de decisão socioambientais é fundamental para garantir a inclusão das reivindicações comunitárias no debate socioambiental mais amplo. Apesar disso, ainda existem muitas limitações que precisam ser enfrentadas. O que representa uma tarefa importante para os grupos de educadores ambientais comunitários.

Entre o comunitário e o ambiental

Como mencionamos, na experiência das educadoras o trabalho comunitário precedeu o trabalho com a educação ambiental. É o que nos explicou a educadora Lau, na roda de estudos:

Olha, eu trabalhei em creche eu vi isso muito de perto né? Essas questões, Le também trabalhou. Aqui a gente lida com o social em paralelo ao ambiental, mas lá era totalmente social. Uma visão completamente diferente do que hoje a gente vive, mas também ajudou muito. Ajuda você ter uma compreensão melhor, ajuda você ter uma paciência a mais, você entender um lado da pessoa. (Educadora Lau, relato na roda de estudos em: 2019).

O olhar para o coletivo, ou o *senso de comunidade* podem ser considerados contrapontos ao modelo hegemônico da educação ambiental pragmática, cuja prática se centra nas atitudes individuais, no *faça você mesmo*, em um olhar individualista sobre o mundo. Na perspectiva da Educação Ambiental de base Comunitária a percepção sobre as relações ambientais tem a possibilidade de se ampliar na medida em que o *fazer parte*, o *olhar de dentro da comunidade*, vivenciado pelas educadoras comunitárias se contrapõe a uma visão puramente instrumental e técnica. Essa perspectiva abre portas para relações mais integradas entre as pessoas de uma comunidade e seu ambiente (Sarria *et al.*, 2018).

Na experiência das educadoras, esse sentido comunitário vem de sua vivência anterior em espaços em que a lida com os problemas, dificuldades, conquistas e alegrias comunitárias enriqueceram sua experiência profissional e humana. Condição que julgam como necessária também no trabalho de educação ambiental, já que é importante

conhecer o lado do outro. É dessa forma que a experiência social comunitária traz à Educação Ambiental outras práticas, outras relações, onde a história das famílias, a história local e a valorização das raízes são consideradas componentes importantes das dinâmicas pedagógicas (Camargo, 2017). Em nossa experiência, as educadoras são as responsáveis por cultivar essas práticas e saberes e trazê-las para o diálogo com a preservação ambiental, a conscientização da comunidade, a justiça ambiental e tantos outros temas caros à Educação Ambiental de base Comunitária.

Muitos programas de Educação Ambiental chegam às comunidades de fora para dentro, seguindo um modelo geral de disseminação de hábitos sustentáveis para as populações, sem que haja um conhecimento mais aprofundado das condições reais vividas pelas comunidades e principalmente por aquelas pessoas mais vulneráveis. Como argumenta Loureiro (2019) esta não é a função de uma Educação Ambiental que se diz crítica. Pelo contrário, essa precisa estar junto aos grupos populares, baseada em sua realidade e em suas formas de significação da natureza, impulsionando processos críticos que promovam sua maior participação e a construção de relações mais justas.

Nesse sentido, a Educação Ambiental de base Comunitária que emerge das comunidades e que tem nas mulheres suas principais lideranças pode promover um terreno fértil para o surgimento de alternativas territorializadas mais humanas, que não excluam os mais necessitados e que respondam verdadeiramente às necessidades de cada comunidade (Oliveira; Sánchez, 2024). Nesse sentido, abrem-se possibilidades para que a Educação Ambiental assuma um compromisso com a justiça social (Layrargues, 2009).

Outra questão que surgiu, quando refletimos sobre esse encontro entre o comunitário e o ambiental na trajetória das educadoras, foi a percepção de uma espécie de identidade marcada pela intermediação e, poderíamos dizer, pela possibilidade de transitar entre *diferentes mundos*. Por serem educadoras provenientes do povo, convivem com o cotidiano da comunidade como parte dela; por um lado, participam de núcleos mais críticos de discussão, o que lhes confere uma condição de conectoras e, muitas vezes, tradutoras entre diferentes linguagens e realidades. Reflexões como estas aparecem na seguinte fala, retirada de uma das entrevistas.

Eu adoro a expressão “educadora popular” é uma das coisas que, nas reuniões de conselho, quando cada um se apresenta, aí eu falo: - Sou Lau, represento a Água Doce e sou educadora popular e estudante. [...] Porque pra mim a educadora vê além do livro. [...] Porque o popular você tem que falar a

linguagem que a pessoa vai entender. E não uma coisa rebuscada. Não é isso que eu procuro e sim adaptar todo o meu conhecimento de uma forma popular, pra passar pra quem está a minha volta, pra quem quer entender, pra quem quer conhecer um pouco sobre a natureza, que às vezes desconhece muitas coisas. A educação popular me dá essa facilidade de ter uma linguagem mais apropriada, não uma linguagem formal. Porque não é isso que a gente quer. A gente quer que o povo entenda. Eu amo ser educadora popular, até na creche a gente era educadora popular. [...] (Educadora Lau, relato na roda de estudos em: 2019).

A atuação como educadoras é também a construção de pontes, de forma a preparar e estimular a participação de mais mulheres nesse debate e de incluir suas comunidades nos espaços decisórios. Neste outro relato, proveniente de uma das entrevistas, a educadora Le reflete sobre aquilo que vive em sua comunidade, o diálogo que mantém com as companheiras e as decisões que busca tomar, por conhecer seus direitos e transitar em outros espaços.

[...] Esses dias nós fomos lá fora, eu e mais duas meninas e a rua estava limpíssima. Aí ela comprou um Ycó, comprou um pra cada uma e viemos tomando o Ycó, aí passamos em frente ao lixo e ela, puf, jogou o copo no chão. Aí eu disse: - Não faça isso! Aí ela disse: - Leci, não acredito que você vai voltar pra pegar, eu falei: - Vou! Claro que eu vou voltar pra pegar. – Alá, mas a moça jogou. – Vou pegar o dela também. Se todo mundo fizer um pouquinho, não é que vai melhorar muito, mas pelo menos alguma coisa vai mudar. Então eu pego muito no pé delas. Falo: - Gente, não faz isso! - Não bota o fogo aí, João! (risos).[...] Porque sabe como é o fogo, pode alastrar e a gente nem vê. [...] Mas também, no dia que aconteceu isso, com o copo de Ycó eu vim procurando uma lixeira na praça pra colocar e não encontrei, aí também fica um pouco difícil. E elas dizem: - Ah, Leci, você é demais! [...] Teve uma vez que eu fui na associação de moradores perguntar porque o lixeiro não passava, porque é constrangedor. (Educadora Le, relato na roda de estudos em: 2019).

Ao traçarem seu caminho como educadoras ambientais comunitárias, essas mulheres são capazes de transitar nas fronteiras e promover conexões e diálogos entre a cultura popular e a justiça ambiental, no sentido em que frequentam espaços de decisão socioambientais e o chão da comunidade que será afetada por tais decisões. Traduzem, interpretam e ensinam aquilo que aprenderam para os seus, de forma que estes também possam participar e constroem, nessas idas e vindas, seu lugar no mundo.

CONSIDERAÇÕES PARA AMPLIAR O DEBATE

A formação de educadoras ambientais dentro de experiências de Educação Ambiental de base Comunitária abre caminho para se pensar outros espaços de formação coletiva e outras identidades nos processos pedagógicos de educação ambiental junto às comunidades, como demonstrado neste trabalho. Ampliamos assim a

ideia de pensar a Educação Ambiental de base Comunitária como caminho para a gestação de novos mundos, percebendo que estes já estão em curso, nas diversas experiências comunitárias contra-hegemônicas do Sul global, onde as mulheres, principalmente negras e indígenas são protagonistas. Aprender com elas e visibilizar sua presença e atuação, tão importante para as comunidades periféricas, são formas de ampliar a participação popular no debate e na luta por direitos socioambientais. Dessa forma, salientamos a importância da criação de mais espaços de formação ambiental comunitária, que sejam também espaços seguros de partilha e escuta para as mulheres, um caminho fundamental para se trilhar práticas educativas libertadoras, de forma a romper com os silenciamentos historicamente sofridos por estas atrizes sociais.

Nessa pesquisa, apontamos as rodas de estudos e a metodologia da Pesquisa Ação Pedagógica, baseada na educação popular de Paulo Freire, como fundamentação para a realização de dinâmicas pedagógicas formativas junto às mulheres das classes populares, em contextos de atuação comunitária. Tal metodologia se destacou especialmente pela possibilidade de utilização na formação coletiva de mulheres negras das classes populares, que enfrentam uma sobreposição de opressões. No que tange à Educação Ambiental de base Comunitária, os princípios teórico-metodológicos freireanos se mostraram potencializadores da elaboração de processos formativos ambientais populares, a partir da articulação entre os diferentes saberes e a utilização de processos pedagógicos dialógicos, inclusivos e humanizadores.

Na experiência que acompanhamos as mulheres criam constantemente suas identidades como educadoras ambientais de base comunitária, que não se desvencilham de seus outros papéis como mães, lideranças comunitárias, estudantes e trabalhadoras. Assumem o protagonismo comunitário local a partir do comprometimento com o território e da relação de pertencimento que as entrelaçam às suas comunidades. Sendo assim, ampliam nossa compreensão a respeito dos fundamentos da Educação Ambiental de base Comunitária, com destaque para a dimensão da contextualização das práticas educativas às realidades locais e dos processos de humanização dos sujeitos excluídos.

Pudemos compreender que a roda potencializa a expressão da palavra através do encontro participativo de mulheres em circularidade. Um espaço seguro e fértil para o *ser mais*. Uma forma de enfrentamento ao silenciamento do sistema colonial, racista, classista e patriarcal. Nesse caminho, compreendemos que a formação como educadoras ambientais comunitárias se dá pela aquisição e elaboração de novos conhecimentos a

partir de diferentes processos de diálogos de saberes. Dinâmica que se desdobrou em dinâmicas pedagógicas que ultrapassaram a roda, inundando as possibilidades de trabalho com as comunidades. Como resultado das reflexões que emergiram durante a pesquisa, surgiram ideias de prática pedagógicas, que foram postas em prática pelas educadoras, nesse período, como forma de problematizar e levar para a comunidade práticas de valorização dos conhecimentos locais e intercâmbio de experiências¹⁵. A produção destes conhecimentos e práticas pedagógicas foi mediada pela Pesquisa Ação Pedagógica, que se revelou como uma possibilidade de pesquisa participativa em consonância com a práxis comunitária.

As reflexões levantadas sobre a formação de educadoras ambientais de base comunitária se destacam quanto à necessidade de um olhar mais atento para a realidade socioambiental das comunidades periféricas. Mas também reforçam a necessidade da visibilização e reconhecimento daquelas que assumem essa atuação socioambiental comunitária e promovem dinâmicas de inclusão dos grupos mais vulnerabilizados ao debate ambiental. Tais direcionamentos contribuem com aqueles que estão envolvidos nos processos de formação de educadores ambientais e buscam romper com saberes hegemônicos e ouvir os conhecimentos produzidos pelas mulheres das classes populares, entendendo-as como relevantes personagens da produção de uma ecologia outra, capazes de rediscutir e redefinir possibilidades para seus territórios e realidades socioambientais locais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo incentivo e fomento, através da bolsa de produtividade, ao projeto Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária e à FAPERJ pela concessão da bolsa Doutorado- nota 10, sem os quais este trabalho não poderia ser realizado. Agradecemos profundamente à mestra e educadora popular Maria dos Remédios, que nos deixou em decorrência da pandemia de Covid- 19.

¹⁵ Foram realizadas uma série de oficinas sobre a utilização das ervas medicinais com moradoras e moradores da comunidade de Suruí, Magé, na sede da ONG. Também aconteceram saídas de campo para que as educadoras da parte rural conhecessem melhor a realidade das educadoras dos manguezais e vice-versa. Além disso, foi elaborada uma exposição para a comunidade, que problematizou a origem do lixo que chega aos manguezais dos fundos da Baía de Guanabara.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIMONDA, Héctor. En clave de sur: la Ecología Política Latinoamericana y el pensamiento crítico. In ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (Coord.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistêmica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; México : Universidad Autónoma Metropolitana ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

AMADOR, Elmo. **Baía de Guanabara: Ocupação histórica e avaliação ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMARGO, Daniel Reinaud. **Lendas, rezas e garrafadas: Educação Ambiental de base comunitária e os saberes locais no Vale do Jequitinhonha**. Dissertação de mestrado. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017.

COELHO, Breno Herrera da Silva; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; IRVING, Marta Azevedo; SOARES, David Gomes. Conflitos entre o Comperj e a gestão de áreas protegidas: O Mosaico Central Fluminense como possibilidade de enfrentamento a impactos socioambientais de grandes empreendimentos industriais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 259-273, 2015.

FALS BORDA, Orlando. **Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación- Acción Participativa)**. Peripecias, 2011. Disponível em: <https://centrodocumentacion.psicosocial.net/wp-content/uploads/2004/01/Fals-Borda-R-eflexiones-y-Conferencias-sobre-presente-y-futuro-de-la-IAP.pdf> . Acesso em: 26/11/2017.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO Fabrina. **Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o do caso Comperj**. Rio de Janeiro, Plataforma Dhesca - Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREITAS, Ana Lúcia Souza. Saber de experiência feito. In: STRECK, Danilo.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 365-366, 2008.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental e a “convivência pedagógica”:** **Emergências e transformações no século XXI.** Mauro Guimarães (Org.). Campinas, SP: Papirus Editora, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação Ambiental com compromisso social: O desafio da superação das desigualdades. *In:* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. (Orgs.). **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez. p. 11-31, 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; PUGGIAN, Cleonice; MENEZES, Anne Kassiadou. Educação, Movimentos Sociais e Mulheres: Redes de Articulação e Resistência **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.15, n.1, p. 51-62, 2020.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Aventuras da Epistemologia Ambiental. Da articulação das ciências ao diálogo de saberes.** São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador v.7, n.1, p. 37-50, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajетória e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental. Questões de vida.** São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; FRANCO, Jussara Botelho. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. *In:* LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo.; TORRES, Juliana Rezende. (Orgs.). **Educação ambiental dialogando com Paulo Freire.** São Paulo: Cortez, 155- 180, 2014.

OLIVEIRA, Carolina Alves Gomes; ROJAS, Luz Ángela Prada; PRADA, Katiuska A. Fonseca; SALGADO, Stephanie Di Chiara. O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos ensinam? Apontamentos para a Educação Ambiental de Base Comunitária. *In:* ACCIOLY, Inny; PELACANI, Bárbara; SÁNCHEZ, Celso. (Org.) Dossiê: Educação Ambiental: Insurgências, Re- existências e esperanças. **Ensino, saúde e ambiente.** Número Especial, p.180-204, 2020.

OLIVEIRA, Carolina Alves Gomes; SÁNCHEZ, Celso. Quais temas as mulheres das classes populares trazem à Educação Ambiental de base Comunitária?. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 19, n. 1, p. 1-21, 2024.

PEREYRA, Brenda. Gênero, pobreza y poder: la participación de las mujeres em ámbito comunitário. *In*: PENA, Núria; PEREYRA, Brenda; SORIA, Verónica. **Desarrollo y derechos de las mujeres**. Buenos Aires: Fundação CICCUS, 2013.

ROBICHAUD, Raine. **Com o mais poluído canal de acesso à Baía de Guanabara, moradores da Maré debatem saneamento e pesca**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/08/13/com-o-mais-poluido-canal-de-acesso-a-baia-de-guanabara-moradores-da-mare-debatem-saneamento-e-pesca/>. Acesso. 16/04/2020.

RUFINO, Luiz. R.; CAMARGO, Daniel Renaud.; SÁNCHEZ, Celso. Educação Ambiental Desde El Sur: A perspectiva da Terexistência como Política e Poética Descolonial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 7, n. Especial, p. 1-11, 2020.

SARRIA, Jairo Andrés Velásquez; PELACANI, Bárbara; ESPINOSA, Gloria Marcela Flórez; CAMARGO, Daniel Renaud; SÁNCHEZ, Celso. La Educación Ambiental Comunitária: Reflexiones, problemáticas y retos. *In*: KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, Celso; CAMARGO, Daniel Renaud; STORTTI, Marcelo Aranda; COSTA, Rafael Nogueira. **Educación Ambiental desde El Sur**. Macaé: Editora NUPEM, 2018.

STRECK, Danilo. Territórios de resistência e criatividade: reflexões sobre os lugares da educação popular. *In*. STRECK, Danilo Romeu, ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.) **Educación Popular. Lugar de construção social e coletiva**. Petrópolis: Vozes, p. 353-367, 2013.

SVAMPA, Maristela. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad**, n. 256, p. 127-131, 2015. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/_1.pdf. Acesso:13/04/2019.

VELOSO, Verônica. Círculos de Mulheres: Uma proposta ecofeminista para a sustentabilidade dos movimentos feministas e de territórios. Cadernos de agroecologia. 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Recife. **Anais**, Recife: ABA, v. 15, n. 3, p. 1-7, 2020.

WINTERS, Joanara Rozane Fontoura ; HEIDEMANN, Ivonete Terezinha Schülter Buss; MAIA Ana Rosete Camargo Rodrigues; DURAND, Michelle Kuntz. O empoderamento das mulheres em vulnerabilidade social. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 4, n.18, p. 83-92, 2018.